

RECONHECIMENTOS HIDROGRÁFICOS NA CARTOGRAFIA PORTUGUESA DA COSTA CENTRO E SUL DE MOÇAMBIQUE NO SÉCULO XIX

Ana Cristina Roque e Livia Ferrão ¹

pp 187-203

Ao longo dos dois últimos anos e no âmbito de um trabalho inscrito num projecto do IICT – *Cartografia Política e Territórios Coloniais. Comissão de Cartografia (1883-1936): um registo patrimonial para a compreensão histórica dos problemas actuais* – que agora termina, procedemos ao levantamento e estudo preliminar das cartas hidrográficas de Moçambique, em particular no âmbito da produção da *Comissão de Cartografia*, tendo em vista a sua importância histórica para uma avaliação da evolução e das alterações de aspectos específicos da costa de Moçambique, nomeadamente, das estruturas de mangal.

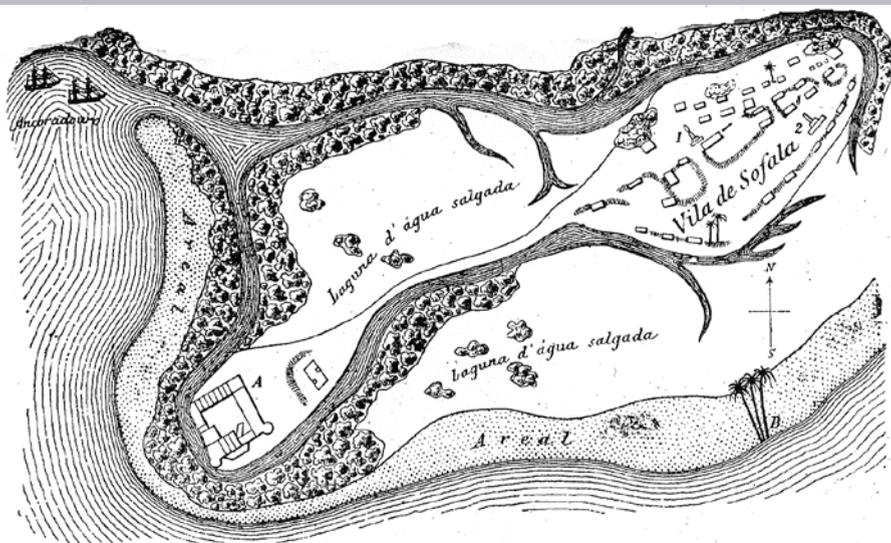
No decurso dos últimos séculos, quer os processos de alteração física decorrentes do avanço das águas do mar e do assoreamento dos leitos e barras de rios, quer o aumento da pressão humana nas áreas do litoral, tem vindo a contribuir para mudanças significativas em toda esta região. Mudanças estas que, do ponto de vista da informação histórica, se encontram bem testemunhadas na documentação portuguesa.

A natureza da informação presente nos registos portugueses torna particularmente evidentes as consequências da combinação dos processos de alteração física, não só porque de compreensão e visualização mais imediata como, sobretudo, pelas implicações directas nos locais onde a presença portuguesa se tornou efectiva, logo no século XVI.

¹ Departamento de Ciências Humanas do IICT.

Sofala, a Ilha de Moçambique ou as Bocas do Cuama/Delta do Zambeze, são neste contexto excelentes exemplos. Porque correspondentes aos primeiros locais onde os portugueses oficialmente se foram fixando, o manancial de informação possível de recolher na documentação portuguesa para estas áreas e sobre esta matéria permite, do ponto de vista histórico, não só uma avaliação da evolução destas alterações como um conhecimento de uma situação anterior – veja-se, por exemplo, o caso de Sofala progressivamente a ser “comida” pelo avanço do mar e pelas cheias do rio² (**Fig. 1³ e 2**) – que pode contribuir hoje para perspetivar medidas futuras tendentes a minorar as consequências destes processos.

Fig. 2



ANÓNIMO (1864), *Plantas de Sofala e da Fortaleza de S. Caetano* in Teixeira da Mota, *Cartografia Antiga de Sofala*, 1973

² “Antigamente se quebrava o mar cousa de meo quarto de legoa distante da villa, mas hoje as agoas se tem ja apoderado de todo aquele espaço... Nas cheas fica tudo de redor alagado... E então o limitado terreno da villa se representa flutuar no meio de um lago....” SOARES (1857) *Descrição da Villa de Sofalla*, Goa.

³ Ver final do artigo

Não parece por isso ser demais sublinhar que, desde a sua chegada ao Índico, no século XVI, e em estreita ligação com a necessidade de suprir ao apoio e às necessidades específicas da *Carreira da Índia*, os portugueses procederam a um reconhecimento progressivo e sistemático de toda a costa de Moçambique de que resultou, no quadro do Império Português, ser esta uma das regiões onde este aspecto se encontra bem documentado.

As características da costa e as diferentes formas de se proceder à sua aproximação, o registo sobre a ocorrência e especificidade da fauna da região em função da época do ano, os sinais específicos da “conhecença” de portos e baías abrigados em que as espécies vegetais e os acidentes geográficos se apresentam como indicadores preferenciais ou a menção às barras possíveis ou não de acometer, foram sendo sucessiva e minuciosamente registadas em cartas, roteiros e diários de navegação que se complementavam. Com o objectivo específico de passar a outrém as indicações necessárias à viagem, às condições de navegação e acessibilidade daquela costa, constituiu-se um vasto e diversificado *corpus* documental que ultrapassa em muito os propósitos para os quais foi concebido.

Neste contexto, a cartografia, enquanto um dos documentos suporte deste tipo de informação, adquire uma relevância particular ao permitir uma leitura mais imediata desses processos de transformação. O registo criterioso dos sucessivos reconhecimentos hidrográficos efectuados ao longo dos séculos, e em particular os que de forma mais sistemática e precisa foram efectuados no século XIX, de par com o imenso número de notas apostas às próprias cartas onde se expressam cuidados a ter e se identificam dificuldades e mudanças que a persistência de um trabalho no terreno permite detectar, tornam esta documentação cartográfica um lugar privilegiado para o compreensão da evolução histórica destes processos.

Sem nos querermos alongar sobre estes aspectos, gostaríamos apenas de sublinhar que esta informação se complementa na demais documentação portuguesa, manuscrita ou impressa, respeitante a Moçambique e, em particular, a pontos específicos da sua costa. Aliás, muitas são as situações em que um dos registos se aproveita da informação disponibilizada por outros e a incorpora – veja-se, por exemplo, a Carta da Zambézia e Sofala coordenada pelo Visconde de

Sá da Bandeira (**Fig.3⁴**) – e se por acaso falta a carta, ou esta existe mas necessita de correcções, há quase sempre um relatório onde uma descrição cuidada permite, tal *Geographia* de Ptolomeu, elaborá-la ou refazê-la posteriormente.

Onze anos depois da *Comissão de Cartografia* iniciar as suas funções em Moçambique, o relatório apresentado em 1898 por Eduardo Lupi sobre o Canal de Angoche é, sem dúvida, um excelente exemplo desta complementaridade.

Entre o canal de Angoche, ao Norte, pela barra do Parapato, segue numa extensão de 11' rumo de Oeste até ganhar a ponta Mapatulle... e passando no meridiano d'esta, entre ilhotas, por canaletes que a breve trecho se reúnem, inflecte para SE., e vae novamente sahir ao mar pela barra de Quíloa. Ficam assim rectificadas os roteiros e cartas da costa que o intitulam rio, e lhe atribuem uma extensão seis vezes superior.

(LUPI, 1898, p.230-32).

Deste modo e embora parte integrante das atribuições conferidas em 1883 à *Comissão de Cartografia*, os trabalhos de hidrografia continuaram a fazer-se com base na colaboração com quem conhecia o terreno e podia fornecer dados que corrigissem erros anteriores enquanto, em simultâneo, se usavam justamente esses mesmos levantamentos para se efectuarem as devidas rectificações. Esta colaboração foi particularmente frutuosa com a Marinha, não só porque grande parte dos levantamentos hidrográficos efectuados em Moçambique antes da criação da *Comissão de Cartografia*, tinham sido levados a cabo por oficiais da Marinha, como também porque essa colaboração se manteve, mesmo depois da criação, em 1929, da Missão Hidrográfica de Moçambique.

Dependente do Ministério da Marinha, a Missão Hidrográfica de Moçambique passou então a assegurar não só os trabalhos de levantamento hidrográfico, como todos os respeitantes a portos e baías, às sondagens da costa e ao estudo das marés, correntes e observações magnéticas (MHM, 1940), cabendo-lhe ainda, a partir de 1939, com a criação de uma Brigada do Ar, a realização de todos os trabalhos de fotogrametria.

⁴ Ver final do artigo

Porém, pese embora as atribuições específicas que passou a ter a Missão Hidrográfica de Moçambique, esta manteve uma estreita colaboração quer com as brigadas da *Comissão de Cartografia*, quer com as da *Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais* na qual a Comissão se integrou após a sua extinção em 1936 e de que resultou uma produção cartográfica conjunta, parte da qual integra aliás o arquivo da antiga *Comissão de Cartografia* existente no ex-CEHCA⁵; arquivo este, que constitui o núcleo fundamental de documentação cartográfica a partir do qual desenvolvemos este estudo.

Importa ainda referir que o trabalho que agora se apresenta, embora se pretenda com incidência no Centro e Sul de Moçambique, procura igualmente fazer uma síntese de todo o trabalho desenvolvido ao longo destes dois anos e cujos resultados, no que respeita à costa Norte de Moçambique, foram já parcialmente divulgados (Roque e Ferrão, 2006).

Procurando evitar repetir considerações sobre a metodologia de trabalho utilizada ou sobre aspectos específicos já referidos na primeira parte deste estudo, chamaremos apenas a atenção sobre alguns pontos considerados mais significativos, nomeadamente a quantidade de cartas com dados relevantes para a temática abordada e o tipo de informação possível de recolher nelas.

Assim, apesar do arquivo da *Comissão de Cartografia* constituir o núcleo base da nossa investigação foram igualmente desenvolvidas pesquisas noutros arquivos e bibliotecas (*vd.* Quadro 1) de que resultou termos constituído uma base de dados com um total de 536 cartas das quais, 247 foram consideradas relevantes para o projecto (*vd.* Quadro 2); ainda que nesta apresentação se utilizem sobretudo as 158 cartas do Arquivo da Antiga *Comissão de Cartografia*, produzidas por esta Comissão ou em colaboração com ela, das quais, 48 são da segunda metade do século XIX e 31 respeitam ao Sul de Moçambique.

⁵ Como exemplo desta situação podem referir-se a Carta Hidrográfica da Costa desde o Lúrio a Moçambique (1931/33), O plano hidrográfico da baía de Condúcia (1931) e o da Baía de Mocambo (1934), bem como os Planos hidrográficos da barra e porto de Moebase (1937) e da Baía de Montepuez (1939).

QUADRO 1. Origem da documentação consultada

| ARQUIVOS/BIBLIOTECAS | | Nº de CARTAS |
|---|--------------|--------------|
| Comissão de Cartografia | C.C. – CEHCA | 481 |
| Arquivo Histórico Militar | AHMil | 12 |
| Arquivo Histórico Ultramarino | AHU | 4 |
| Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar | GEAEM | 8 |
| Sociedade de Geografia de Lisboa | SGL | 31 |
| Total | | 536 |

QUADRO 2. Documentação considerada relevante para o projecto

| Cartas | | Período | s/ data | Arquivo/Biblio- teca | Obs |
|--------|----------------------------|------------------|------------|--------------------------|---|
| Total | Comissão de Cartografia | | | | |
| 247 | | 1758-1952 | 52 | ACC AHM AHU GEAEM SGL | |
| | 191 | 1758-1952 | 43 | C.C. – CEHCA | |
| | 154 | 1888-1934 | 38 | C.C. – CEHCA | Produzidas pela C.C. ou em co- lab. com esta |
| | 4 | | 4 | C.C. – CEHCA | Eventualmente produzida pela C.C. |

Na base desta primeira escolha, foram consideradas todas as cartas com informação possível de contribuir para o objectivo último deste trabalho, independentemente da sua cronologia coincidir ou não com o período que aqui se aborda ou com o de funcionamento da própria *Comissão de Cartografia*. Neste sentido, esta comunicação corresponde apenas a uma pequena parte da pesquisa efectuada.

Por outro lado, todas as cartas foram analisadas na dupla perspectiva da sua elaboração e do seu conteúdo, mas sempre em função do seu uso como documento escrito, passível de uma leitura direccionada para outros objectivos que não estritamente cartográficos. Daqui resulta (*vd. Quadro 3*) que, quando encaradas do ponto de vista da sua elaboração, a maioria das cartas analisadas, e em particular as da *Comissão de Cartografia*, não possui elementos que identifiquem os seus autores ou mesmo os responsáveis pelos levantamentos efectuados.

A chancela da *Comissão de Cartografia* constituía, por excelência, o identificador da sua proveniência, elaboração, produção e mesmo impressão quando, a partir de 1885 se começam a publicar as primeiras cartas resultantes do trabalho da Comissão⁶.

QUADRO 3. Informação adicional sobre a elaboração das cartas

| Item considerado | Total das Cartas no ACC | | Total das cartas produzidas pela C.C. | |
|------------------------------------|-------------------------|-------|---------------------------------------|-------|
| | 191 | | 158 | |
| Assinatura | 46 | 24% | 42 | 26,5% |
| Nome do desenhador | 23 | 12% | 18 | 11% |
| Direcção/Coordenação dos trabalhos | 43 | 22,5% | 32 | 20% |
| Equipa de levantamentos | 89 | 46,5% | 76 | 48% |

Em contrapartida, no que se refere a conteúdos a informação é vasta e diversificada, possível de nos remeter para áreas tão diversas quanto o “alumiamento” da costa e a sondagem de portos e barras, ou a delimitação de fronteiras e a identificação de regulados, sendo que

⁶ A primeira Carta de Moçambique foi publicada pela *Comissão de Cartografia* em 1885. Trata-se da Carta do Rio Pungué, cujos trabalhos de levantamento foram efectuados por Emídio Fronteira. “Relação das cartas publicadas pela C.C. desde a sua criação (1883) até à presente data...”. datada de 20 de Dezembro de 1933, não assinada. Constitui o Anexo C do documento *Trabalhos da Comissão de Cartografia desde 1883 a 1925*. Documento manuscrito e dactilografado em dossier, s/cota, do ex-Centro de Cartografia do IICT.

aqui, pela natureza do trabalho que se apresenta, apenas se dá conta da informação que respeita a aspectos particulares com ligação directa aos nossos objectivos (**Quadro 4**).

QUADRO 4. Informação sobre aspectos particulares com ligação directa aos objectivos do trabalho

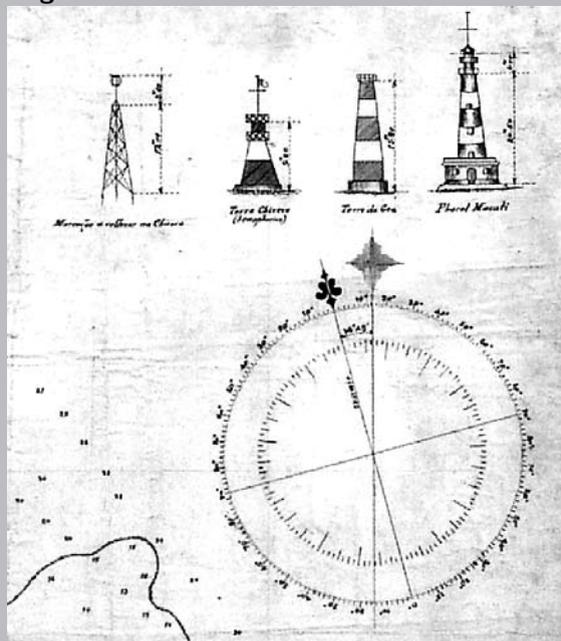
| Item considerado | Total das Cartas no ACC | | Total das cartas produzidas pela C.C. | |
|---------------------------|-------------------------|-------|---------------------------------------|-------|
| | 191 | | 158 | |
| Flora/Vegetação | 139 | 72,5% | 119 | 75% |
| Sinais convencionais | 54 | 28% | 49 | 31% |
| Legenda/Notas/Observações | 118 | 61,5% | 93 | 58,5% |

E estes aspectos não só são significativos, como adquirem especial relevância dado o cuidadoso detalhe com que se procede ao seu registo. Vejam-se, por exemplo, as cartas da costa de Inhambane, a que por acaso acresce também a localização do farol da Pta. Závora, do troço final do Rio Maputo ou das lagoas costeiras do litoral de Zavala (**Fig.4**⁷).

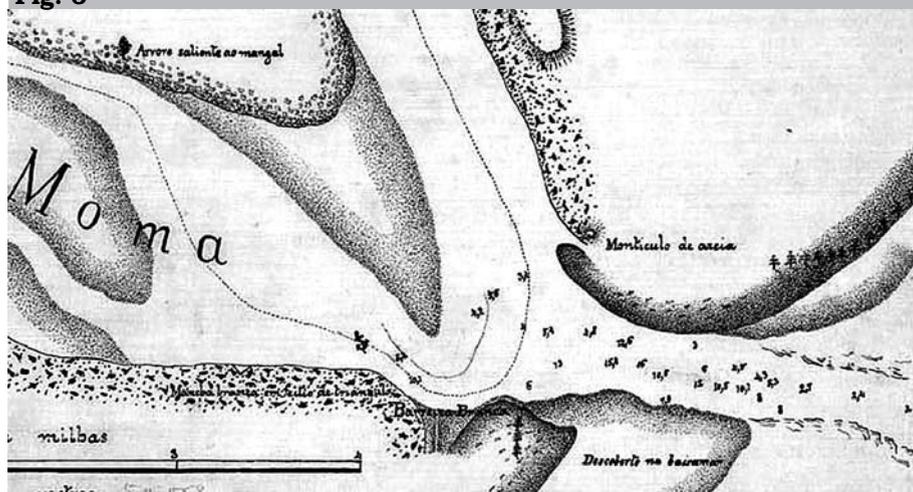
Os levantamentos hidrográficos tornam deste modo possível um conhecimento mais diversificado da região onde se trabalha e evidenciam aspectos da paisagem, em particular os referentes a acidentes geográficos, flora e vegetação. Perpetuando, no tempo, a importância das “conhecenças” que, desde o século XVI, preencheram cartas e roteiros de navegação, os registos do século XIX e mesmo do século XX, e apesar da introdução de novos métodos de sinalização (**Fig.5**) continuam a funcionar não só como sinais privilegiados de reconhecimento da costa como também enquanto pontos referenciais de sinalização (Fig.6) ou de intersecção do estabelecimento das coordenadas para efeitos de triangulação. Por isso se dá conta quando estes desaparecem.

A necessidade permanente de sublinhar a importância dos sinais de reconhecimento, de os manter e quantas vezes, refazer, decorre da situação de mutação permanente da costa de Moçambique já atrás

⁷ Ver final do artigo

Fig. 5

Plano da Barra e Porto da Beira (excerto), 1907, Arquivo da Comissão de Cartografia, CEHCA P07C063

Fig. 6

Esboço do curso inferior dos Rios Moma e Cocola (excerto), 1903 Arquivo da Comissão de Cartografia - CEHCA, P03C024

referida. As mudanças, em particular na zona Centro e Sul, são tão rápidas que há zonas onde nem um reconhecimento sistemático e continuado permite um registo actualizado. O delta do Zambeze é sem dúvida um dos melhores exemplos desta situação. Ao longo dos séculos, e depois das primeiras informações do século XVI⁸, em que se foram conhecendo as suas variantes e se tentaram estabelecer as melhores entradas, pretendeu-se, na segunda metade do século XIX, um levantamento mais exaustivo e sistemático por forma a superar lacunas, dificuldades e erros das cartas anteriores.

Coube a Augusto de Castilho a responsabilidade deste trabalho e não deixa de ser curioso verificar que uma das primeiras observações presentes no seu relatório seja, justamente, sobre a rapidez com que se manifesta o processo de alteração do litoral nesta região e as conseqüências imediatas dela decorrentes:

Tendo sido encarregado de ir explorar e sondar a barra do rio Luabo, principal embocadura do Zambeze... vou resumidamente apresentar o fructo do meu trabalho. (...) Já em meados de 1858 tinha este local sido estudado pelo Sr. Francisco Skead, distinto official da marinha de S.M. Britânica, e em 1861, pelo.... capitão tenente Germano Augusto da Silva, tendo de então para cá sofrido tão notáveis e grandes alterações, que as instrucções daquelles officiais de nada me serviram, por se acharem completamente inexactas hoje, sendo de esperar que daqui a alguns anos tambem os meus trabalhos presentes não tenham valor algum.

As irregularidades e fortes correntes tem a tal ponto modificado o leito do Zambeze, que uma ilha que naquella época existia junto à foz de que fallei foi completamente destruída, não aparecendo hoje sequer o mais ténue vestígio della.

(CASTILHO, 1869, p.197).

⁸ 1512-1516 Viagens de António Fernandes e Duarte Barbosa – Primeiras notícias. 1516 Carta de João Vaz de Almada para el-rei – 1ª referência à necessidade de se proceder ao reconhecimento do Zambeze; 1517 Carta de Cristóvão de Távora para el-rei – Preparativos para a descoberta do rio Cuama; 1519 Carta de Francisco de Brito para el-rei – Projecto para o estabelecimento de uma torre de madeira na foz do Cuama para identificação e controle da entrada do rio. As versões impressas desta documentação podem ser consultadas em *Documentação sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central*, vols. III, IV, V e VI, Lisboa, 1964-1969.

A consciência desta situação e, em simultâneo, a necessidade de procurar contorná-la por forma a produzir uma cartografia o mais próxima possível da realidade obrigou a um intensivo e continuado trabalho de campo sendo que, em certas zonas, a combinação destes aspectos com outras particularidades da costa impediram mesmo que se efectuasse qualquer tipo de reconhecimento, por falta de equipamento apropriado à sua realização. Tome-se, por exemplo, o caso da região costeira entre o Cabo de S. Sebastião e Moebase para a qual, em 1949, os responsáveis pela Missão Hidrográfica de Moçambique alertavam para a impossibilidade de efectuar quaisquer trabalhos pela falta de meios técnicos adequados. Nesta zona inclui-se o

...Banco de Sofala que se estende nalgumas regiões a 50 milhas do litoral com profundidade de 50 metros. (e) Por ser a costa muito baixa, os processos clássicos usados na hidrografia só podem ser usados numa pequena faixa que praticamente não tem interesse para a navegação... “Daí a necessidade de se “...de adquirir material apropriado... (sendo que) Um equipamento completo custa actualmente 2.500 contos havendo ainda a dificuldade da sua obtenção.

(MHM, 1940).

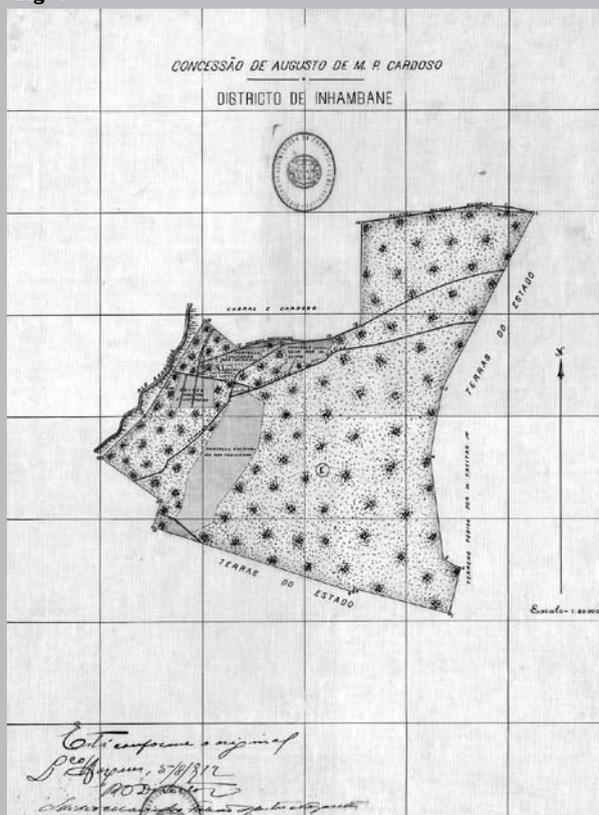
Não obstante estas condicionantes, os trabalhos possíveis foram prosseguindo, mesmo nas áreas mais problemáticas, embora a um ritmo nem sempre constante porque também pautado pela interferência de um outro conjunto de factores no quotidiano dos trabalhos de reconhecimento; sendo que entre eles se destacam, a participação das brigadas da *Comissão de Cartografia* noutros trabalhos e o clima de agitação social e política que se vivia na região centro e Sul de Moçambique durante a segunda metade do século XIX.

De entre as muitas actividades da *Comissão de Cartografia* destacam-se as Missões de Fronteira, no Sul, em particular entre Moçambique e a Swazilândia⁹, a participação nas comissões de avaliação

⁹ Delimitação da fronteira Incomáti-Metingatinga (1887), Singuedézi-Incomáti (1890) e Maputo (1896-1897) e de demarcação e delimitação da fronteira com a Swazilândia (1894-1900). “Missões organizadas pela Comissão de Cartografia ou em que teve interferência”. Constitui o Anexo A do documento *Trabalhos da Comissão de Cartografia desde 1883 a 1925*. Documento manuscrito e dactilografado em dossier, s/cota, do

de situações de ocupação e jurisdição em territórios ainda não delimitados da Província de Moçambique ou a preparação de missões e intervenções de vários tipos¹⁰, designadamente na avaliação dos pedidos de concessão de terrenos a particulares de que resultou, aliás, uma cartografia específica e de grande detalhe dessas áreas (**Fig.7**)

Fig. 7



Planta da Concessão de Augusto de M.P. Cardoso Distrito de Inhambane 1912ca. Arquivo da Comissão de Cartografia, CEHCA P08C014

ex-Centro de Cartografia do IICT.

¹⁰ Destaque, em finais do século XIX, para a preparação da Missão do Major Caldas Xavier (1893-1894), do Projecto de instruções para a organização de uma missão católica junto do régulo Gungunhana (1893) e para a avaliação dos pedidos de concessões de terrenos na margem esquerda do Rio Inhapura (1893). In "Principais trabalhos em que teve intervenção a Comissão de Cartografia". Constitui o Anexo B do documento *Trabalhos da Comissão de Cartografia desde 1883 a 1925*. Documento manuscrito e dactilografado em dossier, s/cota, do ex-Centro de Cartografia do IICT.

Por outro lado, a segunda metade do século XIX é marcada na zona Sul pela persistência de confrontos regionais, de entre os quais se destacam as guerras de Gaza e os violentos ataques dos Swazis à zona de Lourenço Marques enquanto, em simultâneo, expedições inglesas procuravam garantir apoio na região para a eventualidade de virem a poder reclamar toda esta zona¹¹. Pretensões estas que, no caso de Gaza, não deixaram de ser consideradas pelo próprio rei até que em Junho de 1891, a Grã-Bretanha e Portugal chegaram finalmente a um acordo que reconhecia que a maioria das terras de Gaza se situava dentro das fronteiras portuguesas.

Deste modo, para além das condicionantes geo-climáticas, as brigadas que procediam aos vários trabalhos de reconhecimento hidrográfico, viam muitas vezes os seus trabalhos interrompidos ou momentaneamente inviabilizados por outros factores que não dependiam da sua capacidade de actuar no terreno.

Não cabe no âmbito deste trabalho explorar esta matéria. Todavia, não queríamos deixar de referir que nos parece que poderia ser bastante interessante avaliar o decorrer das várias campanhas de trabalho também em função destes aspectos, não só por estes constituírem factores de grande instabilidade regional, que naturalmente afectavam todos quantos ali viviam ou desenvolviam trabalhos pontuais, como também pelo facto dos elementos que constituíam as brigadas da *Comissão de Cartografia* serem muitas vezes, como já atrás se referiu, chamados a uma intervenção directa, sobretudo quando em causa estavam questões de fronteira ou de jurisdição sobre territórios ainda “indefinidos” do ponto de vista da ocupação das potências europeias.

Estas questões parecem-nos tanto mais importantes porquanto se reflectem, de facto, nos conteúdos da produção cartográfica, verificando-se que, no que respeita à região Centro e Sul de Moçambique e mesmo quando só considerada a faixa litoral, uma boa parte das cartas se refere à delimitação de fronteiras e à divisão política e administrativa, sendo que também é significativo o número de mapas cadastrais e dos que informam e identificam os regulados locais, independentemente destes

¹¹ Veja-se, por exemplo, a expedição inglesa de 1880, patrocinada pela Sociedade de Geografia de Londres que, entrando pelo Rio Save se propunha descobrir as terras do império de Gaza.

poderem igualmente fornecer outro tipo de informação. Estes aspectos surgem mais frequentemente na cartografia da zona Sul, sobretudo a Sul do Rio Limpopo. Para Norte deste rio e salvaguardando algumas áreas mais específicas, como as das circunscrições do Búzi, Sofala ou Govuro onde uma série de mapas cadastrais informam com minúcia extrema sobre áreas de concessões, sobre o nome e o estatuto dos proprietários ou mesmo sobre a divisão das várias parcelas em função dos cultivos e pessoas a afectar, ou a cartas produzidas a pedido das Companhias majestáticas, o essencial da produção cartográfica reflecte, de facto, uma maior preocupação por um reconhecimento hidrográfico exaustivo que permita a disponibilização de uma informação precisa e actualizada para toda a costa.

Antes de concluirmos gostaríamos ainda de chamar a atenção para um aspecto particular, a que já atrás fizemos uma pequena referência, e que de certo modo sublinha a necessidade de um trabalho complementar de pesquisa quando se aborda o tema dos levantamentos hidrográficos e, sobretudo, quando se pretendem perceber as alterações que têm vindo a ocorrer naquela costa. Referimo-nos especificamente às situações onde, por dificuldades várias, faltam as cartas ou as que existem não dão uma imagem precisa da área considerada.

Uma das áreas mais afectada neste particular é, justamente, a costa entre o cabo de S. Sebastião e Moebase onde, como já vimos, se situa o Banco de Sofala e, a Sul deste, o arquipélago de Bazaruto.

A história deste arquipélago é, no geral, pouco conhecida. Do mesmo modo, a sua relação com as terras do continente que lhe é fronteiro é frequentemente negligenciada em detrimento de uma história que, antes do século XVI, evidencia sobretudo o seu papel no contexto do complexo comercial do Índico e, nos séculos seguintes, se polariza em torno de projectos nem sempre bem sucedidos de exploração dos bancos perlíferos, após o que se votará a um esquecimento que só não é total porque ali persiste um farol e se construiu um presidio.

Curiosamente, 8 anos antes dos primeiros levantamentos efectuados pela *Comissão de Cartografia* na região, e de que resultaram as cartas que hoje integram o seu arquivo, Guilherme Hermenegildo da Silva, então professor primário em Chiloane, tinha compilado uma série de dados sobre o Arquipélago de Bazaruto e o continente fronteiro

(Silva, 1884)¹². Dados estes que complementam de forma absolutamente extraordinária a documentação cartográfica, já que revelam uma imagem da região que a cartografia não captou. É por exemplo, o caso da relação das lagoas costeiras referidas para o continente fronteiro ao arquipélago e das lagoas então existentes nas várias ilhas, para as quais não existe na época qualquer correspondência cartográfica.

O documento torna-se assim particularmente relevante porque único, permitindo situar no tempo a existência destas lagoas, parte das quais só aparecerá registada na cartografia dos anos 70 do século XX.

De igual modo, também outra documentação da época informa sobre os processos físicos de alteração da região ao dar conta do progressivo desaparecimento de 3 das ilhas que, pelo menos no início do sec. XIX, ainda integravam o arquipélago, então constituído por 7 ilhas e não 4 como hoje¹³.

Poderá parecer forçado incluir aqui este tipo de informação quando a pesquisa que se desenvolve tem por base a cartografia. Contudo, e dado que noutras situações nos deparamos com uma estreita relação entre as cartas e os relatórios elaborados pareceu-nos oportuno evidenciar que essa ligação, podendo não ser tão imediata, persiste noutro tipo de documentos que não devem por isso ser negligenciados.

Em jeito de conclusão e considerando a globalidade da informação recolhida, consideramos que também, do ponto de vista dos levantamentos hidrográficos da região Centro e Sul de Moçambique, existe um conjunto de dados que nos permitem avaliar, do ponto de vista da evolução histórica, as alterações que tem vindo a ocorrer na costa de Moçambique.

¹² A primeira parte deste documento foi já publicada por ROQUE, Ana C. (2001), "*Breves noções sobre a medicina cafreial do distrito de Sofala* ou sobre o conhecimento que os portugueses tinham das virtudes e usos das plantas e ervas medicinais na costa Sul-Oriental de África na segunda metade do século XIX", *Anais de História de Além-mar*, Lisboa, vol.II, p. 211-271. A segunda parte do manuscrito aguarda publicação, pelas autores deste estudo, na mesma revista.

¹³ No princípio do século XIX o Arquipélago de Bazaruto era constituído por 7 ilhas e ilhéus – Ilhéus de Chirundure, Lunene e Bangué e ilhas de Magaruque, Benguerué, Bazaruto e Sta. Carolina. (FERRAZ, 1901, p. 53). Em 1885, restavam apenas 5 (CUNHA, 1885, p. 11). Finalmente, na segunda metade do século XX, já só restavam 4. (BARRADAS, 1967, p.10).

É certo que, por vezes, a ausência de legendas detalhadas e, sobretudo, da explicitação dos sinais convencionais utilizados para identificar os aspectos assinalados, que nem sempre constam das cartas, torna por vezes difícil a identificação de alguns registos pela semelhança dos vários sinais utilizados, nomeadamente os que se referem a pântanos, mangais e lâguas. Contudo, documentação cartográfica complementar a esta permite, para certas áreas, ultrapassar esta dificuldade. É o caso, por exemplo, do distrito de Quelimane para o qual dispomos de um magnífico esboço xilográfico (**Fig. 8**¹⁴), que nos permite confirmar, para este districto, a presença ou ausência de algumas das estruturas de vegetação referenciadas.

Deste modo, o conjunto de dados possíveis de recolher na documentação cartográfica para a região centro Sul de Moçambique, nomeadamente sobre as estruturas de vegetação, juntamente com a informação disponível para toda a costa, constituem um *corpus* documental fundamental para compreender, do ponto de vista histórico, os processos de alteração que tem ocorrido naquela região.

¹⁴ Ver final do artigo

Bibliografia

- BARRADAS, Lerenó (1967), *A Primitiva Mambone e as suas imediações*, Trabalhos do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 14, Lourenço Marques.
- CASTILHO, Augusto de (1869), “Relatório acerca das bocas do Zambeze, e com especialidade do Rio Inhamissengo”, *Boletim Oficial do Governo da Província de Moçambique*, n° 45, Lourenço Marques.
- CUNHA, J. d’Almeida da (1885), *Estudo acerca dos usos e costumes dos Baniánes, Bathias, Parses, Mouros, gentios e Indígenas*. Moçambique, Imprensa Nacional.
- Documentação sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central*, vols. III, IV, V e VI, Lisboa, 1964-1969.
- FERRAZ, Guilherme Ivens (1901), “Archipelago do Bazaruto”, *Actas do Congresso Colonial Nacional*, Lisboa.
- LUPI, Eduardo (1898), “Canal de Angoche-Relatório”, *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Moçambique*, n° 21, Lourenço Marques.
- MISSÃO HIDROGRÁFICA DA COLÔNIA DE MOÇAMBIQUE – Relatório resumo dos trabalhos hidrográficos realizados pela Missão, desde 1930 a 1940, métodos e resultados obtidos. Setembro de 1940. Biblioteca do Instituto Hidrográfico, cota 455.
- ROQUE, Ana Cristina e FERRÃO, Lúcia (2006), “Reconhecimentos hidrográficos na cartografia portuguesa da costa Norte de Moçambique, no século XIX in SANTOS, M. Emília e LOBATO, Manuel (coord.), *O Domínio da Distância*, IICT, p.109-120,
- SILVA, Guilherme Hermenegildo Ezequiel da (1884), *Breves noções sobre a medicina cafreal do districto de Sofala* (Chiluané, 4 de Março de 1884), manuscrito da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL Res.1 – pasta E – n° 22).
- SOARES, Augusto Estanislau Xavier Soares (1857) *Descrição da Villa de Sofalla*, Goa.
- Trabalhos da Comissão de Cartografia desde 1883 a 1925*. Documento manuscrito e dactilografado em dossier, s/cota, do ex-Centro de Cartografia do IICT.



Fig. 1. Mariz Carneiro (séc. XVIII), Fortaleza de Sofala.
in L. Albuquerque (coord.), *Portugal no Mundo*, 1989

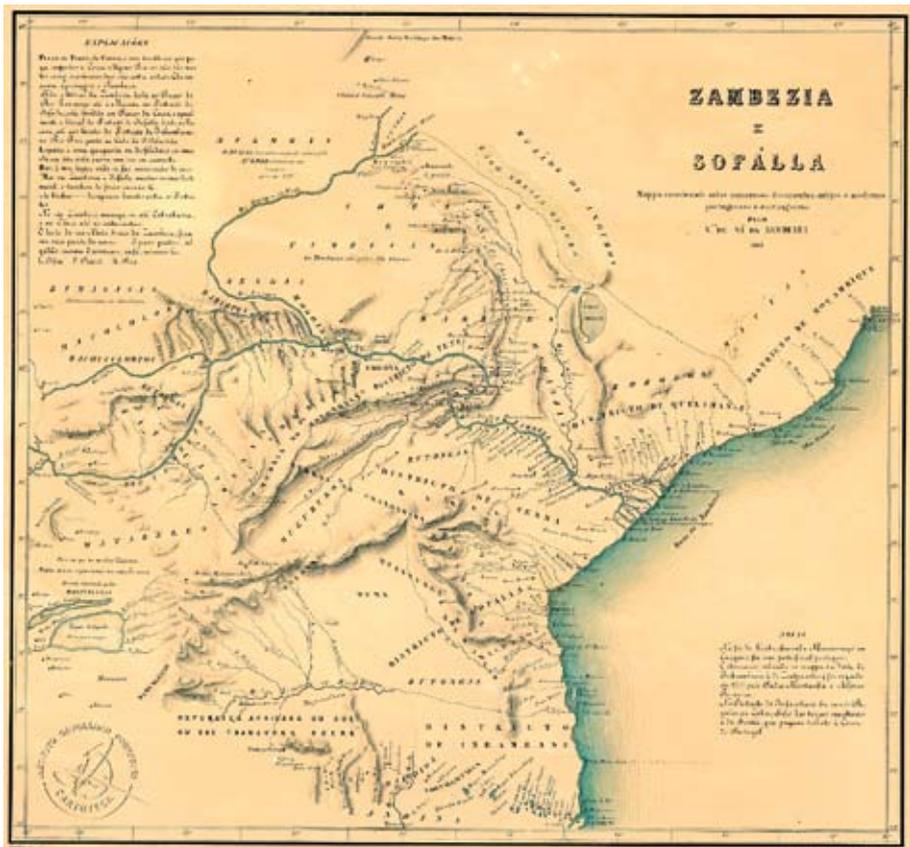


Fig.3. VISCONDE de SÁ DA BANDEIRA (1795-1876), Zambézia e Sofálla - Mappa coordenado sobre numerosos documentos antigos e modernos portuguezes e estrangeiros, Instituto Geográfico Português cota 0582IGP.

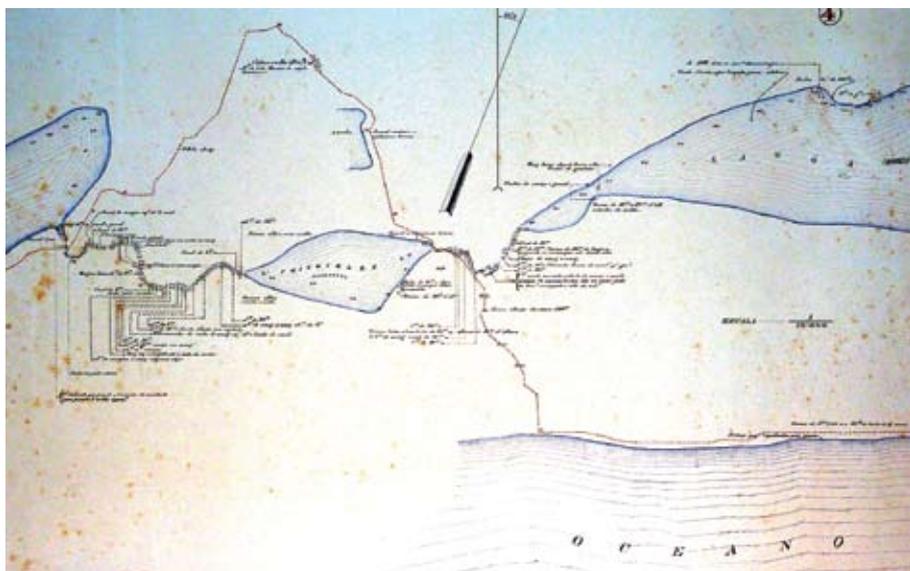


Fig.4. Reconhecimento das lagoas e canaes entre a Lagoa Poeella e Zavala Costa de Inhambane, 1900. Arquivo da Comissão de Cartografia, CEHCA P08C004-4

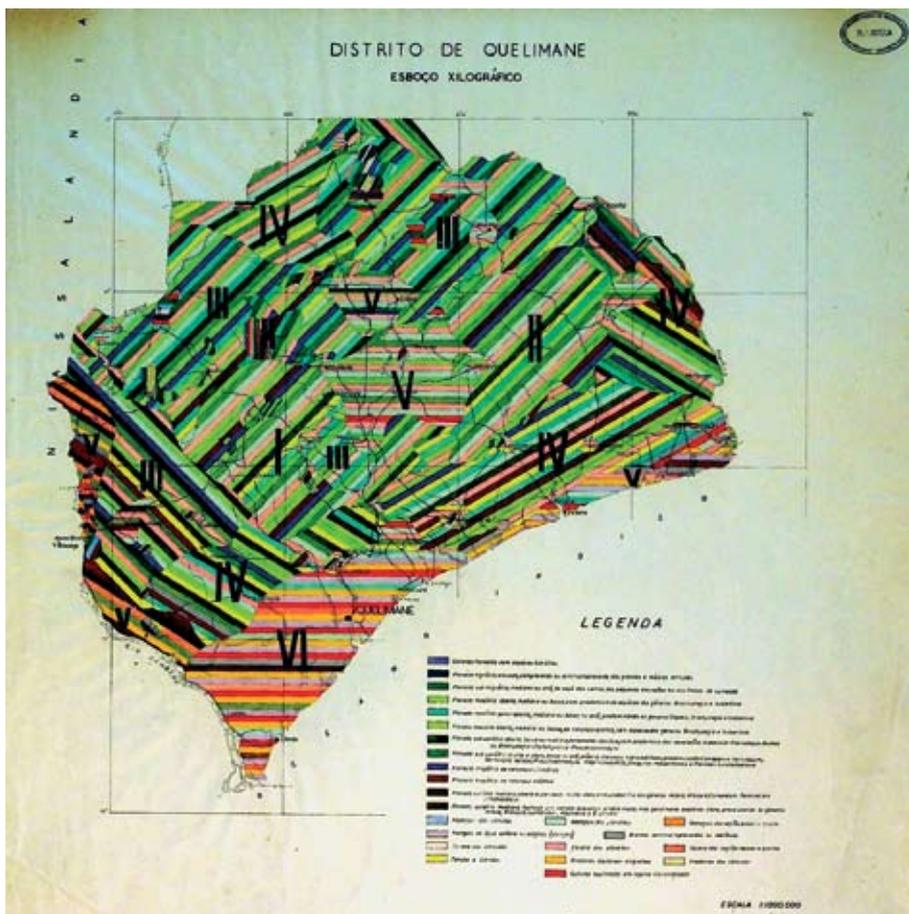


Fig. 8. Esboço Xilográfico do Distrito de Quelimane, s/data. Arquivo da Comissão de Cartografia - CEHCA P04C002